



ESTADO DE SANTA CATARINA

**ATO N° 1442, de 24/05/2011.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN n° 249, de 30 de abril de 2010, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2011**, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

EDUARDO PINHO MOREIRA  
Governador do Estado – Em Exercício

---

Publicado no DOE n° 19.096, de 26 de maio de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <sup>1</sup> (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.153.943.370,15	-
Pessoal Ativo	3.932.992.983,74	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.196.882.994,02	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	24.067.392,39	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	900.643.328,69	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	18.205.413,70	-
Decorrentes de Decisão Judicial	7.561.628,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.698.900,26	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	856.177.386,73	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	5.253.300.041,46	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.253.300.041,46
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		12.463.115.328,60
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		42,15
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		6.106.926.511,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		5.801.580.185,46

FONTE: Despesas Empenhadas e Liquidadas - Consulta Discoverer - Base Sub-balancete  
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS EXPLICATIVAS:

<sup>1</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

<sup>2</sup> Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

Florianópolis, 24 de Maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA  
 GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE  
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
 DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
 CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
 DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA  
 PÚBLICA  
 MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
 DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
 MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA  
 DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL  
 MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.578.641.600,30	13.602.007.270,38	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	11.824.421.438,90	11.935.801.548,89	-	-
Interna	11.513.885.134,62	11.636.797.342,43	-	-
Externa	310.536.304,28	299.004.206,46	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	324.264.839,72	325.882.252,84	-	-
Demais Dívidas	1.429.955.321,68	1.340.323.468,65	-	-
DEDUÇÕES (II)	6.114.418.801,00	7.096.857.475,78	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.545.072.396,48	4.435.520.454,62	-	-
Demais Haveres Financeiros	2.614.810.660,57	2.661.938.986,71	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	45.464.256,05	601.965,55	-	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)</b>	<b>7.464.222.799,30</b>	<b>6.505.149.794,60</b>	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.857.683.741,63	12.463.115.328,60	-	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	114,51	109,14	-	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	62,95	52,20	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				24.926.230.657,20

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	11.824.421.438,90	11.935.801.548,89	-	-
004 - Caixa Econômica Federal (PNAFE)	14.467.003,68	12.609.588,04	-	-
009 - Banco do Brasil/IPESC - Lei 8.727	6.126.077,52	5.528.362,28	-	-
010 - Banco do Brasil/COHAB - Lei 8.727	83.970.328,36	76.383.116,41	-	-
011 - Banco do Brasil - Lei 8.727	242.774.357,71	223.897.245,86	-	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Parcela "P"	3.421.068.786,77	3.483.108.439,25	-	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Parcela "P"	1.234.134.942,07	1.219.797.688,98	-	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Abertura de Crédito	4.698.132.472,43	4.783.331.141,06	-	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Abertura de Crédito	676.996.810,30	669.131.969,70	-	-
013 - Banco do Brasil/DMPL 97/01113-4	32.787.135,35	29.654.387,28	-	-
016 - BNDES (CELESC - CRC) 080/PGFN/CAF	937.901.056,62	969.962.239,76	-	-
020 - BNDES (PMAE)	6.920.734,38	6.920.734,38	-	-
021 - Banco do Brasil (PEF)	50.658.750,00	48.525.750,00	-	-
022 - BNDES (PEF II)	38.355.899,99	38.355.899,99	-	-
024 - BNDES (CASAN/PAC)	69.590.779,44	69.590.779,44	-	-
055 - BID 770-SF 521/007	1.681.926,76	822.201,23	-	-
056 - BID 719 521/00016	33.627.801,75	31.752.863,09	-	-
071 - BID 1390-OC-BR-ROF: TA 232571	185.900.265,91	175.535.282,90	-	-
072 - BIRD 4660-BR-ROF: TA 232598	68.374.677,14	59.622.243,20	-	-
073 - BID 2171-OC-BR	8.034.718,80	19.074.892,56	-	-
074 - BID - 2172-OC-BR-PROFISCO	2.499.300,00	2.359.950,00	-	-
075 - CAF - PIR - I	10.417.613,92	9.836.773,48	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

<b><u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u></b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	94.428.715,32	94.803.552,54	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS <sup>1</sup>	2.189.012.804,61	2.440.787.252,95	-	-
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	34.113.487.016,14	34.113.508.416,75	-	-
Passivo Atuarial <sup>2</sup>	33.926.848.183,24	33.926.848.183,24	-	-
Demais Dívidas	186.638.832,90	186.660.233,51	-	-
Obrigações Legais e Tributárias	6.048.133,42	5.971.187,04	-	-
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	180.590.699,48	180.689.046,47	-	-
DEDUÇÕES (V)	183.763.420,02	265.999.231,82	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.918.181,34	10.406.228,24	-	-
Investimentos	137.431.259,24	221.143.588,68	-	-
Demais Haveres Financeiros	33.711.122,07	34.449.414,90	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	297.142,63	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC <sup>3</sup>	1.015.869,80	1.235.163,69	-	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>33.929.723.596,12</b>	<b>33.847.509.184,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FORNTE: Balanete do Razão Analítico - Consolidado Geral

Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Consulta Discoverer

NOTAS EXPLICATIVAS:

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

<sup>2</sup> O Déficit Atuarial, calculado pela empresa ACTUARIAL - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda - ME, em março de 2010, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC. Conforme o Plano de Contas aplicado aos RPPS's, foram criadas, em 2010, contas contábeis para registro da Cobertura de Insuficiências Financeiras, o que resulta em saldo contábil igual a zero para Provisões Matemáticas Previdenciárias. Assim, a partir de 31/Dez/2010 o valor do Passivo Atuarial não é mais encontrado na conta 2.2.2.5 - Provisões Matemáticas Previdenciárias e sim nas contas 2.2.2.5.4.01.07 e 2.2.2.5.4.02.06 - Cobertura de Insuficiência Financeira.

<sup>3</sup> Encontra-se contabilizado no sistema de compensação na conta 1.9.7.1.1 - Riscos Fiscais e Passivos Contingentes o valor de R\$ 6.666.877.940,99, sendo R\$ 2.717.970.395,14 decorrente de 239.855 títulos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina no exercício de 1996; R\$ 3.916.004.445,12 referente a setenças judiciais passivas em trâmite e R\$ 32.903.100,73 relativo à dívida com a Celesc.

Florianópolis, 24 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA  
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL  
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA ( I )	5.348.954,30	5.600.076,67	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	5.348.954,30	5.600.076,67	-	-
CASAN	5.348.954,30	5.600.076,67	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
INTERNA ( II )	63.938.037,43	60.229.368,71	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	63.938.037,43	60.229.368,71	-	-
CASAN	63.938.037,43	60.229.368,71	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = ( I + II )</b>	<b>69.286.991,73</b>	<b>65.829.445,38</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.857.683.741,63	12.463.115.328,60	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,58	0,53	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	2.608.690.423,16	2.741.885.372,29	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS <sup>2</sup>	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS ( V )	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
INTERNAS ( VI )	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = ( V + VI )</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral  
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS EXPLICATIVAS:

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

<sup>2</sup> As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

Florianópolis, 24 de Maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA  
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL  
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	12.100.267,18	12.100.267,18
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
<b>Contratual</b>	12.100.267,18	12.100.267,18
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	12.100.267,18	12.100.267,18
Abertura de Crédito	12.100.267,18	12.100.267,18
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	248.979,12	248.979,12
Parcelamentos de Dívidas	248.979,12	248.979,12
De Tributos	94.318,44	94.318,44
De Contribuições Sociais	154.660,68	154.660,68
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	154.660,68	154.660,68
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	-	-

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	12.463.115.328,60	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	12.100.267,18	0,10%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.994.098.452,58	16,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	872.418.073,00	7,0%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	12.349.246,30	0,10%

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral

Florianópolis, 24 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC 25.111/0-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA  
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL  
MATRÍCULA Nº 363.776.001

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL DE 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.253.300.041,46	42,15
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	6.106.926.511,01	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	5.801.580.185,46	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	6.505.149.794,60	52,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.926.230.657,20	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	65.829.445,38	0,53
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.741.885.372,29	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	12.100.267,18	0,10
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	1.994.098.452,58	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	872.418.073,00	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2011

Florianópolis, 24 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRCSC 25.111/O-7

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E  
DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA  
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL  
MATRÍCULA Nº 363.776.001